

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like 'André', 'Renato', and 'Luís'.

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA

Realizada no dia 2 de Julho de 2012.

Acta n.º 13/2012

-----No dia dois de Julho de dois mil e doze, na localidade de Rabaçal, Edifício sede da Junta de Freguesia de Rabaçal, reuniu a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara António José dos Santos Antunes Alves, estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Renato Filipe Nunes França, Dr. Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, Rodrigo António de Matos Gomes e Dr. Emídio Domingues.-----

-----Secretariou a reunião a Técnica Superior Maria Leonor dos Santos Carnoto.-----

-----Verificada a presença dos referidos membros, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, pelas catorze horas e trinta minutos, tendo a Câmara passado a ocupar-se da agenda de trabalhos, da qual faziam parte os seguintes pontos:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Finanças Municipais
2. Informações
3. Assuntos de interesse da Autarquia
4. Outras Intervenções

ORDEM DO DIA

1. Leitura e aprovação da acta anterior
2. Operações Urbanísticas
3. Requerimentos diversos
4. Expediente vário
5. Delegação de Competências nas Freguesias - Protocolo de limpeza dos espaços públicos nos aglomerados urbanos
6. Proposta de Revisão do Plano Director Municipal de Penela
 - 6.1 Relatório de análise e ponderação das participações recebidas durante o período de discussão pública.
 - 6.2 Proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional de Penela
7. Defesa da Floresta contra incêndios - Protocolo de colaboração com a Freguesia de São Miguel.
8. Caminho Português de Santiago – Centro de Portugal - Protocolo de parceria
9. Estágio curricular -Protocolo de colaboração
10. Bolsa de Terras

-----O Senhor Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. FINANÇAS MUNICIPAIS: - Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número cento e vinte seis referente ao dia útil anterior (sexta-feira) o qual apresenta os seguintes valores: SALDO EM OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: - 214.119,62€ - duzentos e catorze mil, cento e dezanove euros e sessenta e dois cêntimos; SALDO EM DOCUMENTOS: - 53.092,65€ - cinquenta e três mil, noventa e dois euros e sessenta e cinco cêntimos; SALDO EM OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: - 78.306,07€ - setenta e oito mil, trezentos e seis euros e sete cêntimos;-----
A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

2. INFORMAÇÕES:-----

RELAÇÃO DOS ACTOS PRATICADOS PELO SENHOR PRESIDENTE:-----

2.1 - RELAÇÃO DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS: Não foi apresentado.-----

2.2 - PAGAMENTOS: - Foi presente a relação dos pagamentos efectuados durante o mês de Junho último, no uso da Delegação que lhe foi conferida por deliberação Camarária de 4 de Julho de 2011, que importa em setecentos e catorze mil, um euro e vinte cêntimos.-----
A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

RELAÇÃO DOS ACTOS PRATICADOS PELO SENHOR VICE-PRESIDENTE:-----

2.3 - LICENÇAS PARA OBRAS: Foi apresentada a relação das obras autorizadas pelo senhor Vice-Presidente, no uso da Delegação e Subdelegação de competências que lhe foram conferidas por deliberação de 4 de Julho de 2011, durante o mês de Junho último, bem como as restantes licenças concedidas.-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

3. ASSUNTOS DE INTERESSE DA AUTARQUIA-----

- O Senhor Presidente da Câmara:-----

-Informou ter participado no segundo Encontro Internacional sobre voluntariado, que decorreu na Eslovénia, no âmbito do Ano Europeu do Voluntariado, uma iniciativa apoiada pelo Programa da União Europeia "Europe for Citizens". Lembrou que para além de Penela, fazem parte da respectiva parceria autarcas responsáveis pelas áreas do associativismo e do voluntariado da França, da Bélgica, da Roménia e da Eslovénia.-----

Explicou que os estrangeiros encaram o termo "voluntariado" diferentemente dos Portugueses, ou seja, o mesmo é encarado como a oportunidade de realizar algumas horas de trabalho numa qualquer associação, sem qualquer remuneração. Provando isso mesmo, durante este mês, a villa Romana do Rabaçal contará com a presença de jovens franceses que participarão nas escavações de verão.-----

-----A propósito do assunto, interveio o senhor vereador Emídio Domingues, adiantando que brevemente trará à Câmara, para conhecimento, um documento donde contarão os assuntos discutidos durante o encontro e descritos os compromissos assumidos em termos de voluntariado. Lembrou que já se realizou em Penela, no ano transacto, um primeiro encontro sobre o tema, que contou com a presença dos parceiros mencionados, dando conta que o próximo encontro terá lugar em Neuviller la Roche, de vinte e um a vinte e três de Novembro. Adiantou que esse próximo encontro, contará com a presença de alguns deputados do Parlamento Europeu, pedindo aos senhores da oposição que sugerissem a presença de alguma deputado, eleito pelo Partido Socialista no Parlamento Europeu.-----

Outra novidade prende-se com o cartão de voluntário, sendo que já foram aprovados os termos que devem constar do mesmo.-----

- Terminando a sua intervenção, o senhor Presidente, informou que a praia fluvial da Louçãinha foi eleita, pela revista Visão de 28 de Junho, uma das 36 melhores praias, destacada como uma das belezas naturais do concelho.-----

4. OUTRAS INTERVENÇÕES:

O senhor Vice Presidente Luís Matias:-----

- Começou por referir que a Câmara Municipal se associou, no passado dia vinte e oito de Junho, ao encontro dos eleitos das Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e dos membros dos órgãos executivos das freguesias dos municípios abrangidos pelas linhas estratégicas da reforma Judiciária, em defesa da justiça em todo o território nacional, promovido pela ANMP, que ocorreu em Lisboa, em frente ao Ministério da Justiça e que culminou com a entrega do manifesto à senhora Ministra da Justiça relativo ao assunto.-----

- Terminou no Sábado, mais um “Campus de Verão de basquetebol”, organizado em parceria pela Academia de Basquetebol e a Câmara Municipal de Penela. O mesmo decorreu de 24 a 30 de Junho, tendo participado no evento, cerca de meia centena de jovens de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos, enquadrados por profissionais credenciados. Referiu mostrar-se muito agradado pela forma como decorreram as coisas, deixando um agradecimento especial ao professor Rafael Baptista, que contribuiu para que o Campus cá se instalasse.-----

- Nos dias 29 e 30 de Junho, decorreu no Centro de Estudos de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut (CEHLR), em Penela, o II Encontro da Rural RePort (rede de História Rural em Português) subordinado ao tema Modalidades de acesso à terra: instituições e relações sociais. A conferência de abertura deste evento foi proferida pelo Prof. Richard Hoyle, reputado historiador inglês, que abordou a problemática do papel da agricultura familiar na Europa dos nossos tempos.-----
-----Interveio o senhor Vereador Emídio Domingues, para deixar uma nota de agradecimento à Dr^a. Margarida Neto, da Universidade de Coimbra, que dignificou o momento com a sua participação.

- Decorreu ontem, na Cumieira, mais uma edição da Broa da Cumieira, realizada em parceria com a Junta de Freguesia, Centro Cultural da Cumieira e o Grupo de Musica Tradicional Portuguesa "Kumytuna". Verificou ter participado grande número de pessoas nas várias actividades, pelo que deixou uma nota de estima e reconhecimento, pelo trabalho desenvolvido, a todos quantos contribuíram para o sucesso do evento.-----

O senhor Vereador Renato França:-----

– Começou por se referir à última reunião da Assembleia Municipal, lamentando a forma como decorreu o debate sobre a reforma administrativa. Pelo que percebeu o grupo de trabalho não funcionou como deveria ser, sendo que os elementos escolhidos certamente não foram os ideais. Disse ter ficado com a ideia de que, do lado do Partido Social Democrata, não ter havido a “ponte de ligação” sobre o debatido e que, por isso mesmo, a Câmara foi responsável pelo que aconteceu pois houve Presidentes de Junta de Freguesia que referiram desconhecer o teor dos debates, expressando isso mesmo na dita reunião da Assembleia Municipal, pelo que lamentou o sucedido. Disse fazer votos para que, até Setembro, algo seja feito perguntando se já delinearam alguma plano de acção sobre os moldes em que as reuniões irão decorrer.-----

– Sobre a Reforma Judiciária, perguntou se o documento/moção apresentado na Assembleia Municipal é a compilação dos dois textos apresentados na última reunião da Câmara ou se é apenas a transcrição de um deles.-----

– Voltou a expressar a sua preocupação e indignação como a marca “queijo do Rabaçal” tem sido tratada, pois concluiu desconhecer que a feira do queijo do Rabaçal não se realizará no Rabaçal para o ano. A seu ver é de lamentar que a freguesia do Rabaçal só volte a receber a feira uma década depois, com todas as agravantes/prejuízos que a mesma acarreta.-----
Disse gostar ainda de saber quais os moldes em que decorreu a tal reunião das Terras de Sicó, onde foi decidido o “modus operandi” da realização da feira, e se existe alguma hipótese de se dar a volta à questão e alterar a deliberação. -----

-----O senhor Vereador Rodrigo Gomes, sobre a questão da reforma administrativa, disse ter havido mau trabalho por parte da Câmara Municipal, relativamente à divulgação da regulamentação a aplicar. O Grupo de Trabalho não funcionou como deveria e concluiu que as juntas de freguesia não perceberam nada do que estava a ser debatido pelo que há que ter o cuidado de chamar os Presidentes de Junta à Câmara e explicar-lhes como decorreu o trabalho, grupo, etc. Não se deveria deixar chegar até Setembro para reunir com eles, que não tiveram conhecimento do que se estava a passar, o que estranha.-----

- O senhor Vereador Renato França, referiu que da sua análise, a ideia que assiste às pessoas é que a proposta apresentada foi elaborada pelo executivo, pelo que é importante que tal lhes seja esclarecido pois existem alguns melindres e sentimentos que poderão ser afectados, havendo que

Rodrigo
Renato França
Luís Matias
Emídio Domingues
Ay

explicar a génese da proposta.-----

-----O senhor Presidente, lembrou que, há meses atrás aquando da constituição do Grupo de Trabalho o senhor vereador Rodrigo Gomes discordou pois achava que deveria ser a Câmara a discutir/propor sobre o assunto. Constitui-se o grupo de trabalho, sendo certo que ninguém poderia esperar que os Presidentes de Junta de freguesia fizessem ou tomassem outra atitude do que aquela que adoptaram, pois é difícil para qualquer Presidente de Junta aceitar que a sua Freguesia será extinta em detrimento de outra qualquer. Além disso todos sabiam bem o que se estava a passar.-----

- O senhor Vereador Renato França, disse não compreender que para que uma junta de freguesia inicie uma discussão, seja necessário o Presidente de Câmara ir lá e dizer para o fazerem, sendo que a ideia com que ficou foi que não gostaram da proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----O senhor Vice-presidente, respondeu que certamente nenhuma freguesia gostaria da proposta, sendo que dificilmente irá ser aceite.-----

- O senhor Vereador Renato França, disse continuar a achar que a proposta apresentada é a ideal e a que menos prejudica as pessoas. O que pretende perceber é como é que as coisas irão decorrer no futuro.-----

-----O senhor Presidente, respondeu que no dia da dita reunião da Assembleia Municipal, em conversa com os deputados Rui Oliveira e Mendes Lopes, concluíram que deveria ser a Assembleia Municipal a promover as reuniões e, só no caso de não o fazerem é que a Câmara tomará a iniciativa, havendo com toda a certeza discussão.-----

- O senhor Vereador Renato França, insistiu que para verem o quão grave é tal questão, disse ter havido alguém que sugeriu que a Câmara alterasse a deliberação tomada por unanimidade. Uma coisa é certa, não deverá ser desprestigiado este órgão pois, se os Presidentes de Junta não tiveram capacidade para promover a discussão sobre o assunto, provavelmente no momento possuirão um estímulo para o fazerem. Também espera que a proposta aprovada pela Câmara seja defendida pela Assembleia Municipal. Até poderão decidir outra opção, mas continuará a defender a aprovada pois é a que menos prejudica.-----

-----O senhor Presidente respondeu que a opinião da Câmara não é vinculativa ainda assim será a Assembleia Municipal a decidir.-----

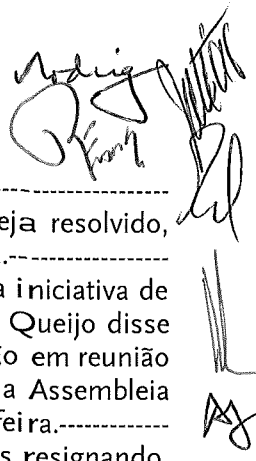
-----O senhor Vice-Presidente, por sua vez, referiu que a lei em causa é muito clara sobre a apresentação de propostas, que é da competência da Câmara. O que a Câmara fez foi tentar promover a discussão para criar uma proposta. Foi o que fizeram com a criação do grupo de trabalho que procurou alguma solução dando origem à proposta final para submeter à Assembleia Municipal. Como o documento foi previamente à Assembleia Municipal não compreende a incredulidade. A Junta de freguesia de Santa Eufémia fez uma reflexão sobre o assunto apenas após ter tomado conhecimento da proposta aprovada pela Câmara Municipal. Devem ser tomadas medidas no sentido de ser a Assembleia Municipal a doravante dar continuidade ao processo. A Câmara só intervirá caso as Juntas não o façam.-----

- O senhor Vereador Renato França, respondeu que o desejável seria que os grupos de trabalho já tivessem tido conhecimento.-----

-----O senhor Vice-Presidente Luís Matias, sobre os tribunais, referiu que ficámos de compor a moção e a comunicação já foi em conjunto apenas não se mandou aos deputados eleitos pelo Distrito de Coimbra uma vez ter-se constatado de que os vereadores do Partido Socialista já o haviam feito, não fazendo sentido fazê-lo de novo. Resta a sugestão de os convidar a vir ao local para se inteirarem da situação. A fazê-lo terá de ser a uma Segunda-feira pelo que, irão ser feitos os contactos por forma a que tal seja possível no próximo dia nove de Julho.-----

- O senhor Vereador Renato França, respondeu que o que foi enviado foi um texto para a comunicação social e para os deputados de Coimbra. O documento que fizeram presente à reunião da Câmara foi feito noutros termos.-----

-----O senhor Vereador Emídio Domingues, referiu não lhe ter sido possível estar presente na reunião da Assembleia Municipal dado ter estado numa reunião da ETPSicó, em representação da Câmara. Contudo, teve conhecimento da maneira como decorreu a discussão do assunto, tendo ficado surpreso com a atitude de alguns deputados, salientando que neste tipo de discussão deverá haver coerência nas palavras proferidas, sendo que quem assim age tem todo o seu mérito. Na sua opinião a proposta de solução apresentada é a menos gravosa, achando que deve ser a Assembleia



Municipal a promover a discussão e não a Câmara Municipal.-----

- O senhor Vereador Renato França disse esperar que em Setembro tudo seja resolvido, esperando que se explique aos Presidentes de Junta de Freguesia a proposta apresentada.-----

- O senhor Presidente concluiu o assunto dizendo que a Câmara Municipal só tomará a iniciativa de promover a discussão caso a Assembleia não o faça. Sobre a questão do Mercado do Queijo disse tratar-se de uma decisão que não foi tomada agora. Disse ter já manifestado a sua opinião em reunião não sabendo se surtirá efeito. Vamos esperar que alguém se manifeste nomeadamente a Assembleia Municipal mas, os produtores vendem mais queijo no dia do mercado do que no dia da feira.-----

- O senhor Vereador Renato França, disse sentir-se triste pelo facto de nos irmos resignando. Em vez de agirem cooperativamente é cada um a puxar para si. Devemos tomar outras posições. Não se sente inclusive afrontado por terem tomado a decisão do mercado do queijo achando que se deve apostar ainda mais nele. Acha que deve ser transmitido às Terras de Sicó o desagrado ao que o senhor Presidente respondeu já o ter feito.-----

-----O senhor vereador Emídio Domingues, disse ter tido conhecimento de tal decisão há poucos dias o que lamenta. Certamente que a questão foi tratada com leviandade, tendo a Câmara a partir de agora alguma legitimidade para continuar com o mercado do queijo devendo acertar quanto antes a data do evento para o próximo ano. Não tem qualquer prurido em assumir, doravante, o evento.-----

- O senhor Vereador Renato França, opinou que deveria haver também uma tomada de posição da Assembleia Municipal sobre o assunto, assim como da Assembleia da Junta de Freguesia do Rabaçal.-----

- Terminando a sua intervenção deixou ainda uma sugestão sobre a questão da má recepção do sinal da TDT, pois crê que os problemas continuam a existir privando as pessoas de um serviço imprescindível daí achar que a Câmara Municipal deveria manifestar junto da ANACOM a nossa indignação.-----

ORDEM do DIA

1. ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da acta da reunião anterior, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos deste Executivo, estando em conformidade com a minuta respectiva, pelo que foi a mesma aprovada, por unanimidade, e assinada. -----

2. OPERAÇÕES URBANISTICAS: Foi presente o pedido de obras particulares a seguir mencionado, sobre o qual a Câmara Municipal, tomou conhecimento do deferimento da arquitectura:-----

- Processo n.º 7/2011 – **Pieter Lodewijk Rodeboom**, residente no Largo General Humberto Delgado, número um, 2º esqº C em Viseu, apresentando projecto de arquitectura para reconstrução de um edifício de habitação, no lugar de Hortas, freguesia de São Miguel.-----

3. REQUERIMENTOS DIVERSOS: Não foi apresentado.-----

4. EXPEDIENTE VÁRIO: Não foi apresentado.-----

5. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - PROTOCOLO DE LIMPEZA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NOS AGLOMERADOS URBANOS: No âmbito da assinatura do protocolo de limpeza dos espaços públicos nos aglomerados urbanos, foi pelo senhor Presidente presente uma informação dos serviços, a seguir transcrita, com vista à renovação do mesmo.-----

“Assunto: Protocolo de limpeza dos espaços públicos nos aglomerados urbanos. Prorrogação.-----
INFORMAÇÃO-----

O Município e as Freguesias acordaram a celebração do protocolo em epígrafe, aprovado em reunião de Câmara de 4 de Março de 2002, nos termos do qual as freguesias se comprometiam a proceder à limpeza dos espaços públicos nos aglomerados urbanos na respectiva área geográfica e o Município se comprometia, a título de contrapartida financeira pela transferência de competências, a transferir para as freguesias as verbas correspondentes.-----

O referido protocolo tem sido objecto dos ajustamentos financeiros decorrentes das taxas de inflação e, nos dois últimos anos, do Plano de Estabilidade e Crescimento e do Programa de Assistência Financeira a Portugal, que se mantém em vigor, situando-se o montante de transferência em 2011 na ordem dos 14,29% abaixo do transferido em 2009.-----

Face ao acima exposto e mantendo plena actualidade o enquadramento que motivou o reajustamento em baixa das transferências ao abrigo do protocolo em análise, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de manter no corrente ano o montante de transferências que vigorou em 2011, com o limite global de € 45.000,00, a que corresponde a seguinte distribuição por freguesia:-----

Freguesia de Cumieira - € 7.659,00;-----
Freguesia de Espinhal - € 7.996,00;-----
Freguesia de Podentes - € 5.184,00;-----
Freguesia de Rabaçal - € 3.136,00;-----
Freguesia de Santa Eufémia - € 9.910,00;-----
Freguesia de São Miguel - € 11.115,00;-----
À consideração superior-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o teor da informação, mantendo os valores das transferências para o corrente ano.-----

6. PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PENELA.

6.1 - RELATÓRIO DE ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS DURANTE O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA: No âmbito do processo de revisão do Plano Director Municipal a decorrer, foi pelo senhor Presidente presente o relatório de análise e ponderação das participações recebidas, cujo teor a seguir se dá por transcrito:-----
“Assunto: PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PENELA – “RELATÓRIO DE ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS DURANTE O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PENELA” -----

Data: 27.06.2012-----

No seguimento do processo de Revisão do Plano Director Municipal de Penela, a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 1 de Agosto de 2011, deliberou proceder à abertura do período de discussão pública referente à revisão do Plano Director Municipal. Este período decorreu entre 25 de Agosto e 7 de Outubro de 2011, no qual todas as peças integrantes da proposta de revisão do Plano foram disponibilizadas para consulta pública no Balcão Único da Câmara Municipal de Penela, no edifício dos Paços do Concelho, todos os dias úteis entre as 9h00 e as 16h00, bem como na página da internet da Câmara Municipal, tendo ocorrido também seis sessões públicas, uma em cada freguesia, de apresentação da proposta de revisão do Plano Director Municipal de Penela.-----

Decorrido este período, de acordo com o artigo 77º, nºs 5, 6 e 8, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) - Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, na sua actual redacção, procedeu-se à análise e ponderação de todas as participações.-----

Da apreciação realizada às participações que incidiam sobre condicionantes, resultou o envio de três propostas de desafecção da Reserva agrícola Nacional à Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, cujo parecer foi desfavorável;-----

Da análise e ponderação realizada, foi elaborado o “Relatório de Análise e Ponderação das Participações Recebidas durante o período de discussão pública do Plano Director Municipal de Penela” em anexo, onde consta a metodologia adoptada, a análise das participações e as alterações que implicaram na Proposta da Revisão do Plano Director Municipal de Penela.-----

A resposta escrita fundamentada às participações apenas é exigível para as situações referidas no artigo 77º do RJIGT, que se transcreve:-----

“5 - A câmara municipal ponderará as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:-----

a) A desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;-----

b) A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;-----

c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----

d) A eventual lesão de direitos subjectivos.-----

6 - A resposta referida no número anterior será comunicada por escrito aos interessados, sem prejuízo do disposto no artigo 10.º, n.º 4, da Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto.-----

...-----

8 - Findo o período de discussão pública, a câmara municipal pondera e divulga, designadamente através da comunicação social e da respectiva página da Internet, os respectivos resultados e elabora a versão final da proposta para aprovação.”-----

Para além destas, cuja obrigatoriedade de resposta está legalmente contemplada, entende-se que todas as participações sejam objecto de resposta escrita.-----

No sentido de uma clara organização deste procedimento as participações foram sinteticamente identificadas por ordem de entrada, n.º de registo, identificação do requerente, motivo/sugestões, ponderação e resultado.-----

Proposta de decisão:-----

Face ao exposto, propõe-se o seguinte:-----

- Que se aprove o “Relatório de Análise e Ponderação das Participações recebidas durante o período de discussão pública do Plano Director Municipal de Penela” anexo;-----

- Que, nos termos do artigo 77º, nº5 do RJIGT, se proceda à resposta escrita fundamentada aos interessados e à divulgação do relatório referido na alínea anterior, através da Comunicação Social e página da Internet da Câmara Municipal”;-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório de análise e ponderação das Participações recebidas durante o período de discussão pública do PDM e dar resposta escrita fundamentada aos interessados.-----

-----Mais deliberou, por unanimidade, proceder à divulgação do mesmo através dos meios propostos.-----

6.2 - PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL DE PENELA:

No âmbito do processo de revisão do Plano Director Municipal ainda a decorrer, foi pelo senhor Presidente presente a proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Penela, elaborada em simultâneo com o mesmo, cujo teor a seguir se dá por transcrito:-----

“INFORMAÇÃO-----

Assunto: PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL DE PENELA ELABORADA EM SIMULTÂNEO COM A REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL-----

Data: 27.06.2012-----

No âmbito do processo de revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Penela, iniciou-se, simultaneamente, o processo de redelimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) em vigor do município, aprovada pela Portaria nº 183, publicada no Diário da República nº 40, I Série - B, de 17 de Fevereiro de 1993.-----

Neste sentido, foi elaborada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) a proposta de delimitação da REN “bruta” no município de Penela. Com o objectivo de apresentar e fundamentar as manchas propostas para a exclusão de áreas de REN, resultantes da revisão do plano, a Câmara Municipal de Penela elaborou a respectiva memória descritiva e justificativa que, conjuntamente com a proposta de delimitação da REN “bruta”, foram submetidos à Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CNREN).-----

A proposta de delimitação da REN de Penela, elaborada em simultâneo com a revisão do PDM, foi analisada pela CNREN, na reunião ordinária realizada no dia 21 de Março de 2012.-----

Na sequência da referida reunião, foi emitido o respectivo parecer, nos termos do nº 2 do artigo 41º do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de Agosto, que se documenta em anexo.-----

Foi elaborado um aditamento à memória descritiva e justificativa, estruturado de modo a tratar devidamente cada um dos aspectos mencionados no parecer emitido pela CNREN, considerados necessários para a emissão de parecer global à proposta de delimitação da REN de Penela, designadamente:-----

- A delimitação das “zonas ameaçadas por cheias”, tendo em conta os registos de cheias conhecidas, nomeadamente os referenciados aquando da elaboração do Plano Nacional da Água e/ou constantes do Plano Municipal de Emergência e Protecção civil;-----

- A reconfiguração das propostas de exclusão identificadas por C na proposta de delimitação da REN de Penela analisada na reunião da CNREN de 21 de Março de 2012, adequando-as ao estritamente necessário em função dos compromissos válidos e eficazes, ou seja às áreas legalmente construídas ou de construção já licenciada ou autorizada;-----

- A correcção da mancha E35.-----

O referido aditamento foi entregue na CCDRC, no dia 04 de maio de 2012, acompanhado do ofício nº 711, datado de 03 de maio de 2012. A CCDRC remeteu à CNREN o aditamento à proposta de delimitação da REN de Penela, através do ofício DOTCN/ 724/12, datado de 14 de maio de 2012.-----

Porém, considerando a tomada de posse do XIX Governo Constitucional e a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território aprovada pelo Decreto -Lei n.º 7/2012, de 27 de Janeiro, foram designados os novos membros da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional através do Despacho nº 7581/2012, no Diário da Republica nº 107, 2ª série, de 1 de Junho de 2012.-----

A última reunião da CNREN (32ª) decorreu no dia 24 de Abril de 2012, tendo sido agendada a 33ª reunião para o dia 28 de Junho de 2012, não constando da respectiva ordem de trabalhos o aditamento à proposta delimitação da REN de Penela, pelo que se prevê a sua apreciação durante o mês de Julho.-----

Face ao exposto, proceder-se-á às alterações identificadas no “Relatório de Análise e Ponderação das Participações recebidas durante o período de discussão pública do Plano Director Municipal de Penela”, aguardando-se a emissão do parecer da CNREN à proposta de delimitação da REN de Penela, incorporando as eventuais alterações daí decorrentes na proposta de revisão do PDM de Penela, de modo a que esta possa ser submetida a novo período de discussão pública.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta de delimitação da REN de Penela, de acordo com a documentação que foi presente.-----

7. DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A FREGUESIA DE SÃO MIGUEL: No âmbito das acções de vigilância e prevenção de incêndios nos espaços rurais, foi pelo senhor Presidente presente a minuta do protocolo, a celebrar com a Junta de Freguesia de São Miguel, a seguir transcrita:-----

“PROTOCOLO ENTRE O MUNICIPIO DE PENELA E A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO MIGUEL-----
Considerandos-----

Tendo em conta a importância da vigilância de incêndios durante o período que se aproxima;-----
Prosseguindo a política estabelecida para o concelho em matéria de fogos florestais, no seguimento de uma estratégia concertada para evitar, diminuir ou minimizar os prejuízos provocados pelos incêndios florestais que sazonalmente assolam o país e o Município de Penela em particular;-----
No seguimento de experiências anteriores relativa a acções de vigilância e prevenção de incêndios nos espaços rurais o presente protocolo insere-se no âmbito da operacionalização do Plano Operacional Municipal aprovado em Comissão Municipal de Defesa da Floresta;-----

Artigo Primeiro-----

Entre o Município de Penela e a Junta de Freguesia de São Miguel é estabelecido um protocolo de cooperação no âmbito de acções de prevenção e vigilância de fogos florestais, a vigorar no período que decorre entre 1 de Julho e 30 de Setembro, na área do Município de Penela.-----

Artigo Segundo-----

Em prossecução destas acções, a Junta de Freguesia de São Miguel, compromete-se a disponibilizar a viatura todo-o-terreno, com o objectivo de desenvolver acções de vigilância das áreas florestais do concelho mais desprotegidas e distantes dos meios de primeira intervenção e combate a incêndios florestais.-----

Artigo Terceiro-----

A vigilância será efectuada diariamente por uma equipa constituída por três elementos no período das 12:00horas às 20:00 horas.-----

Artigo Quarto-----

O veículo e equipamento, bem como os custos de combustíveis, lubrificantes, manutenção são da responsabilidade do Município, sendo que este veículo deve ser apenas utilizado nas acções de prevenção, vigilância, controle e combate a incêndios florestais”.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de São Miguel, autorizando o senhor Presidente ou quem legalmente o substitua a outorgá-lo em seu nome.-----

8. CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO – CENTRO DE PORTUGAL. PROTOCOLO DE PARCERIA:
Pelo senhor Presidente foi presenta a minuta do protocolo, a celebrar com o Turismo do Centro e os

*Modific
O front*

vários Municípios abrangidos pelos caminhos de Santiago, explicando em traços gerais o teor e a finalidade do mesmo.-----

-----O senhor Vereador Emídio Domingues complementou a informação, dando conta de alguns pormenores relacionados com o assunto, tal como o facto de se ter ultrapassado o diferendo que existia relativamente aos caminhos de Fátima e os caminhos de Santiago. Deu conta, ainda, de algumas sugestões que poderão contribuir para o sucesso do projecto.-----

“MINUTA DE PROTOCOLO DE PARCERIA entre a Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal e os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Penela, Condeixa-a-Nova, Coimbra, Mealhada, Anadia, Águeda Albergaria-a-Velha no âmbito do CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO – CENTRO DE PORTUGAL

Entre -----
Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal, pessoa colectiva de direito público, com sede na Rua João Mendonça, nº 8, em Aveiro, com o número de identificação de pessoa colectiva 508.808.324, neste acto representada pelo Exmo. Senhor Dr. Pedro Manuel Monteiro Machado, na qualidade de Presidente da Direcção, cujos poderes lhe são conferidos pela alínea a) do nº 1 do artigo 30º dos Estatutos do Primeiro Outorgante, anexos à Portaria nº 1.037/2008, de 15 de Setembro, e pela deliberação da Direcção, tomada na sua reunião de 28 de Fevereiro de 2012. -----

Município de Alvaiázere, pessoa colectiva de direito público, com o número de identificação XXX.XXX.XXX, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Tito Delgado Morgado; -----

Município de Ansião, pessoa colectiva de direito público, com o número de identificação XXX.XXX.XXX, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Alexandre Novo e Rocha; -----

Município de Penela, pessoa colectiva de direito público, com o número de identificação XXX.XXX.XXX, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, António José dos Santos Antunes Alves; -----

Município de Condeixa-a-Nova, pessoa colectiva de direito público, com o número de identificação XXX.XXX.XXX, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng. Jorge Manuel Teixeira Bento; -----

Município de Coimbra, pessoa colectiva de direito público, com o número de identificação XXX.XXX.XXX, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Paulo Barbosa de Melo; -----

Município da Mealhada, pessoa colectiva de direito público, com o número de identificação XXX.XXX.XXX, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Alberto da Costa Cabral; -----

Município de Anadia, pessoa colectiva de direito público, com o número de identificação XXX.XXX.XXX, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Litério Augusto Marques; -----

Município de Águeda, pessoa colectiva de direito público, com o número de identificação XXX.XXX.XXX, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Gil Nadais Resende da Fonseca; -----

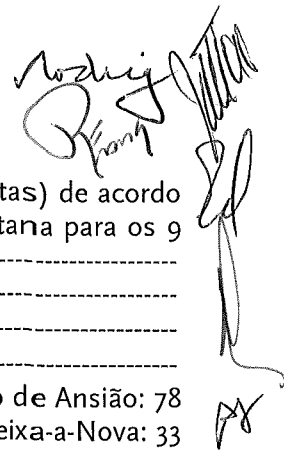
Município de Albergaria-a-Velha, pessoa colectiva de direito público, com o número de identificação XXX.XXX.XXX, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Agostinho Pinto Pereira; -----

No âmbito das suas atribuições de valorização do seu território e respectivos recursos, e considerando que o Caminho Português de Santiago tem conhecido um aumento anual de peregrinos e que o Turismo Religioso assume-me como sendo um produto estratégico para o Centro de Portugal, estabelece-se o presente protocolo de parceria que visa a Instalação de Sinalética do Caminho Português de Santiago nos municípios de Alvaiázere, Ansião, Penela, Condeixa-a-Nova, Coimbra, Mealhada, Anadia, Águeda e Albergaria-a-Velha. -----

O Protocolo rege-se pelas seguintes cláusulas: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA -----
Este protocolo de parceria tem por objecto a Instalação de Sinalética do Caminho Português de Santiago nos municípios de Alvaiázere, Ansião, Penela, Condeixa-a-Nova, Coimbra, Mealhada, Anadia, Águeda e Albergaria-a-Velha. -----

CLÁUSULA SEGUNDA -----



1) A Turismo do Centro de Portugal compromete-se a adquirir os azulejos (vieiras e setas) de acordo com o levantamento de necessidades de sinalética realizado pela Associação Via Lusitana para os 9 municípios do Caminho Português de Santiago do Centro de Portugal. -----

2) A aquisição dos azulejos deverá realizar-se de acordo com o seguinte: -----

Número total de Vieiras: 500 unidades -----

Número total de Setas: 500 unidades -----

Em que serão entregues ao município de Alvaiázere: 39 vieiras e 39 setas; ao município de Ansião: 78 vieiras e 78 setas; ao município de Penela: 12 vieiras e 12 setas; ao município de Condeixa-a-Nova: 33 vieiras e 33 setas; ao município de Coimbra: 108 vieiras e 108 setas; ao município da Mealhada: 71 vieiras e 71 setas; ao município de Anadia: 34 vieiras e 34 setas; ao município de Águeda: 68 vieiras e 68 setas; ao município de Albergaria-a-Velha: 57 vieiras e 57 setas. -----

3) A Turismo do Centro de Portugal compromete-se a entregar, aos nove municípios do Caminho Português de Santiago – Centro de Portugal, os azulejos e as setas adquiridas no prazo máximo de 15 dias após entrega do fornecedor. -----

4) Os municípios de Alvaiázere, Ansião, Penela, Condeixa-a-Nova, Coimbra, Mealhada, Anadia, Águeda e Albergaria-a-Velha comprometem-se a pagar a aquisição dos azulejos de acordo com os seguintes montantes: -----

Alvaiázere: 180,37 euros -----

Ansião: 360,73 euros -----

Penela: 55,50 euros -----

Condeixa-a-Nova: 152,62 euros -----

Coimbra: 499,48 euros -----

Mealhada: 328,36 euros -----

Anadia: 157,24 euros -----

Águeda: 314,49 euros -----

Albergaria-a-Velha: 263,61 euros -----

5) O montante do protocolo é de 2.312,40 euros IVA incluído. -----

CLÁUSULA TERCEIRA -----

1) O pagamento dos azulejos deve ser realizado à Turismo Centro de Portugal pelos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Penela, Condeixa-a-Nova, Coimbra, Mealhada, Anadia, Águeda e Albergaria-a-Velha, no prazo máximo de 15 dias após emissão de nota de débito. -----

2) Se a despesa total efectiva for superior ou inferior à despesa total protocolada, deve a Turismo do Centro de Portugal proceder à emissão de notas de débito ou notas de crédito, conforme o caso, por forma a garantir o cumprimento integral da percentagem estipulada na Cláusula Segunda. -----

CLÁUSULA QUARTA -----

1. O protocolo entrará em vigor após a assinatura do mesmo. -----

2. O protocolo manter-se-á válido até ao momento do total e efectivo pagamento dos azulejos e de respectiva entrega aos municípios. -----

Aveiro, XX de Junho de 2012 -----

Pedro Machado -----

(Presidente da Turismo Centro de Portugal) -----

Paulo Tito Delgado Morgado -----

(Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere) -----

Rui Alexandre Novo e Rocha -----

(Presidente da Câmara Municipal de Ansião) -----

António José dos Santos Antunes Alves -----

(Presidente da Câmara Municipal de Penela) -----

Jorge Manuel Teixeira Bento -----

(Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova) -----

João Paulo Barbosa de Melo -----

(Presidente da Câmara Municipal de Coimbra) -----

Carlos Alberto da Costa Cabral -----

(Presidente da Câmara Municipal da Mealhada) -----

João Paulo Barbosa de Melo -----
(Presidente da Câmara Municipal de Coimbra) -----
Litério Augusto Marques -----
(Presidente da Câmara Municipal de Anadia) -----
Gil Nadais Resende da Fonseca -----
(Presidente da Câmara Municipal de Águeda) -----
João Agostinho Pinto Pereira -----
(Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha) -----
-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo a celebrar com as entidades supra referidas, autorizando o senhor Presidente, ou quem legalmente o substitua, a outorgá-lo em seu nome. -----

9. ESTÁGIO CURRICULAR - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: Pelo senhor Presidente foi dado conta do teor do protocolo e conseqüente contrato de estágio, a celebrar com a escola profissional Profitecla, com vista à realização de estágio da aluna Lúcia Alexandra Cachulo Freire, do curso Técnico de Organização de Eventos.-----
-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo e do contrato de estágio, a celebrar com a Profitecla, autorizando o senhor Vice-Presidente a outorgá-lo em seu nome.-----

10. BOLSA DE TERRAS: Pelo senhor Presidente foi presente uma informação dos serviços, que adiante se transcreve, explicando em traços gerais a pretensão dos requerentes, sendo a sua informação complementada com as palavras do senhor Vice-Presidente.-----
“INFORMAÇÃO-----

No seguimento da pretensão apresentada por Pedro Manuel dos Santos Duarte, e Sónia Emanuel M. Simões Duarte, empresários em nome individual, com sede na Alameda Pedro e Inês, 13,1ºC , Urbanização Quinta das Lágrimas, Fase II, 3040-375 Coimbra, conforme candidatura apresentada pelo próprio em 06 de Julho de 2012, para aderir ao Programa Bolsa De Terras, através do subseqüente contrato de arrendamento empresarial de um terreno com dez mil metros quadrados, com o intuito de instalar uma unidade de produção e incubação de cogumelos - shiitake (*Lentinula edodes*) , e tendo em conta, que o Município é proprietário de terreno agrícola, tem a disponibilidade de terreno com aquela dimensão e é contíguo à plataforma agrícola da Quinta do Vale do Espinhal, e depois de considerarem o Parecer Técnico do Coordenador do GADRU - Gabinete de Desenvolvimento Rural proponho, que:-----

- a Câmara Municipal aprove a cedência de terreno, ao abrigo do contrato de arrendamento empresarial, inerente ao Programa Bolsa de Terras, pertencente ao Município de Penela, sendo a parcela de terreno com área de 8 000 m² e proveniente do artigo rústico nº 14472 da freguesia de Santa Eufémia, artigo este que tem a área de 230 140m².-----

- o preço de arrendamento de 500€/ H a /ano conforme Programa Bolsa de Terras, Anexo I – Tabela de Preços e Classe A;-----

- a presente cedência de terrenos seja regida pelo regulamento e Programa Bolsa de Terras.-- À consideração superior.-----

Face ao exposto a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ceder uma parcela de terreno e celebrar um contrato de arrendamento com os senhores Pedro Manuel dos Santos Duarte e Sónia Emanuel M. Simões Duarte, residentes em Coimbra, nos termos propostos na informação dos Serviços.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Estiveram presentes e expuseram os seus problemas os seguintes Municípios, que obtiveram por parte do Executivo as respostas que adiante vão indicadas:

-----De ESTRADA DE VIAVAI – **Albertino Rodrigues**, que referiu o facto de na última sessão da Câmara, ter solicitado que o fiscal fosse a um seu terreno, na Estrada de Viavai, para lhe dar o alinhamento para colocar umas estacas mas nunca lá foi, acabando por lhe vandalizarem o terreno, abrindo valas e colocando tubos. Disse ter ficado estupefacto com tal situação pois, aproveitaram o

facto de ter estado internado no hospital para lhe fazerem tal trabalho, pelo que não sabe se o maior crime foi terem-lhe feito tal coisa no seu terreno ou o facto de ter de lá ir, agora, com uma enxada e cortar os tubos colocados.

- Perguntou ainda se o senhor João Duarte, quando colocou as estacas no seu terreno, no mesmo lugar, também teve de o solicitar por escrito, lamentando que a Câmara continue a tirar a uns para dar a outros. Acrescentou ainda que quando foi ao Balcão Único, fazer o dito pedido, lhe terem dito que bastaria falar com o fiscal.

-----O senhor Presidente, começou por dizer que quem decide do maior crime é o tribunal. Sobre a marcação solicitada certamente que o fiscal irá ao local fazer o alinhamento sendo que, quem é o responsável pelo funcionamento dos serviços e pessoal afecto ao mesmo continua a ser o Presidente da Câmara e não os funcionários. Esclareceu ainda que o trabalho a que se refere, foi a execução de uma baixada de água, feita na via pública como é habitual, e não no terreno do senhor Albertino.-----
Advertiu ainda o senhor Albertino que, caso entenda estar a ser prejudicado, poderá fazer o que entender sendo certo que a Câmara nada fará relativamente à baixada lamentando que continue a afirmar que só se “fazem favores a amigos”.

- O senhor Albertino Rodrigues, terminou a sua intervenção dizendo nunca se ter oposto a nada que fosse feito, tendo sempre dado terreno para os alargamentos necessários mas não tolera que façam baixadas dentro do seu terreno lamentando que logo no dia seguinte ao seu internamento tenham ido fazer a baixada.

-----De RABAÇAL – **Maria do Nascimento Marmé**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia, que começou a sua intervenção por saudar todos os presentes e colocar as seguintes questões:

- Pediu esclarecimentos sobre o assunto da feira do queijo do Rabaçal, abordado na última reunião da Assembleia Municipal, alegando não compreender nem aceitar a razão da mudança da realização da feira pois, no seu entender deveria realizar-se todos os anos no Rabaçal. Sublinhou que, quando se optou por realizar o mercado do queijo, não se questionou sequer apelidá-lo de “mercadinho do queijo”, mas sim mercado tendo já sido realizadas três edições.

- Sobre a questão da TDT, opinou estar todo o concelho a ser penalizado com tal serviço, pois anteriormente estavam todos bem servidos e, presentemente assim não acontece sendo a Fartosa uma das localidades mais penalizadas. Informou ter já contactado o número de apoio para reclamar e a solução dada foi para comprar um “prato” da MEO. Lamentou tal situação, pois as pessoas já tiveram de gastar algum dinheiro para adquirir o aparelho e não pretendem gastar mais.

- Lembrou o senhor Presidente, para não se esquecer do assunto da rotunda, cujo acidente já ocorreu há dois meses.

- Chamou a atenção para a questão das tampas de saneamento, ao longo da EN 347, que incomodam os residentes, sobretudo durante a noite.

- Chamou também a atenção para o caminho da Cruz do Morto (Fartosa/Rabaçal), que quando chove impossibilita as pessoas de nele transitarem a pé e com o gado, com tanta água.

- Referiu que, por vezes vêm equipas de fora para jogar no campo de futebol sendo que, recentemente, lhe pediram para cortar as ervas, reparar uma baliza que se encontra partida e tapar um buraco no meio do campo, pelo que deixou o pedido de ajuda.

- Sobre a questão das taxas do IMI, referiu o facto de existirem pessoas a pagar menos independentemente de possuírem prédios de maior dimensão, enquanto que outras há que possuindo prédios de menor dimensão pagam valor superior, sendo da opinião que o valor da taxa de IMI não deveria ser igual para todas as freguesias pois nem todas possuem as mesmas infraestruturas.

- Sobre o assunto “caminhos de Santiago”, disse ter tido conhecimento da reunião havida no Museu do Rabaçal e da visita efectuada lamentando que, nem a Junta de Freguesia nem a Presidente da mesma tenham sido convidadas a estar presentes, tendo tido conhecimento de que questionaram durante a sua realização o motivo da sua ausência. Acrescentou que desconhecia o trajecto dos referidos caminhos mas que, recentemente, os percorreu tendo tido o cuidado de mandar arranjar parte de um troço, na freguesia do Rabaçal, pois as pessoas queixavam-se do seu mau estado. Ainda sobre o assunto, referiu que no Rabaçal os peregrinos não têm local para dormir, o que a preocupa, dando conta que, há algum tempo, levou algumas pessoas para os balneários onde pernoitaram, pois

não tinham dinheiro para ficar noutro lado, sugerindo que a Câmara fizesse um protocolo que contemplasse este tipo de situações. Deu conta ainda da pretensão da Junta de Freguesia em adquirir placas de identificação dos caminhos de Santiago, à semelhança do que já acontece em outros concelhos.

-----O senhor Presidente, começou por responder às questões colocadas, começando pela primeira. Referiu tratar-se de um assunto já discutido pela Câmara Municipal sendo que, “As Terras de Sicó”, deliberaram em 2011, numa reunião onde não esteve presente, que a feira seria realizada, rotativa e anualmente no Município detentor da Presidência das Terras de Sicó, o que fará com que haja atraso na realização da feira do Queijo do Rabaçal em Penela, que terá lugar apenas em 2015. A sua promessa é a de tentar contrariar a deliberação tomada através de várias acções, inclusive pela Assembleia da Junta de freguesia do Rabaçal, sendo certo que para além de Penela existem mais cinco concelhos com opinião e poder de decisão. Disse ter já manifestado a sua posição desconhecendo se tal facto dará frutos ou não. Salientou o facto da deliberação das Terras de Sicó, ter influenciado a tomada de decisão da Câmara Municipal para dar continuidade à realização do Mercado do Queijo do Rabaçal, sendo certo que foi uma boa aposta. Salientou o facto de não existir no Rabaçal um número de produtores certificados com significado, o que por si só não ajuda nada.

-----O senhor Vereador Emídio Domingues, interveio dizendo não ter sido sua intenção menosprezar ou minorizar o mercado ao apelidá-lo de “mercadinho”, tendo usado tal expressão num sentido carinhoso e não depreciativo.

-----O senhor Presidente, continuando e sobre a TDT, reconheceu haverem problemas no concelho, em vários locais, dando conta dos ofícios que têm sido dirigidos às entidades responsáveis que, aos poucos, têm resolvido várias situações. Referiu que a decisão da ligação à TDT foi tomada há vários anos não havendo maneira de reverter a situação. Disse que, inclusivamente, se dirigiu a Lisboa para uma reunião onde reivindicou o assunto, tendo então sido aceite a reclamação então efectuada. Deu ainda conta que a Câmara Municipal, tem disponibilizado pessoal para ir ao local verificar caso a caso, pois as reclamações poderão ter a ver com a posição da antena, sintonização errada, etc. Terminou lamentando que possam existir interesses por detrás do assunto, tal como foi afirmado.

- Sobre as obras de reparação da rotunda, informou que foram hoje mesmo adjudicadas, dando conta das dificuldades havidas com a seguradora, para resolver o assunto. Sobre as obras da ponte referiu tratar-se de um assunto que está a ser tratado, também, com a seguradora.

- Relativamente às tampas de saneamento disse ter já mandado verificar o assunto pois, o problema, não se verifica apenas no Rabaçal.

- Sobre o caminho da Fartosa, respondeu tratar-se de uma obra a realizar que se pretende incluir numa empreitada futura, provavelmente para o próximo ano.

- Sobre a situação do campo de futebol, referiu ser do conhecimento geral de que aquela tipologia de campo não possui condições para a prática do futebol, pelo que não se justifica qualquer intervenção por parte da Câmara. Além disso os trabalhos referidos poderão ser efectuados pela Junta de Freguesia ou por qualquer pessoa com uma simples roçadora.

-----O senhor Manuel Bonito, do Rabaçal, ali presente, pediu para intervir dizendo lamentar que tenham sido feitas serventias no campo de futebol. Chamou também a atenção para a lomba existente junto à igreja, que faz muito barulho e que não tem qualquer jeito, podendo a mesma ser mais larga e rebaixada.

-----O senhor Presidente respondeu ao senhor Manuel Bonito, dizendo que poderá ter alguma razão mas que, naquele caso ou se tem uma lomba onde os condutores são obrigados a parar ou a abrandar ou então se retira a mesma colocando em causa a vida de quem lá passa a pé, sobretudo as crianças e os idosos. Na sua opinião, disse preferir que hajam pessoas sem dormir, por causa do barulho provocado pela mesma, do que saber que lá morreu alguém atropelado.

- Sobre as taxas de IMI/avaliações, respondeu que a Câmara não tem qualquer competência para poder intervir pois apenas define o valor das taxas a aplicar anualmente. As avaliações que estão a decorrer são promovidas pelo Estado, abrangendo todos os prédios construídos e avaliados anteriormente ao ano de 2004, sendo que as localidades estão “zonadas”.

- Ainda sobre os caminhos de Santiago, nomeadamente sobre a sinalização, referiu que não fará sentido a Junta de Freguesia despende dinheiro na sua aquisição uma vez que foi deliberado na presente reunião aprovar um protocolo com vista à colocação de sinalética. Sobre o facto dos caminhantes não possuírem dinheiro ou não terem onde dormir, informou existirem vários albergues

que praticam preços simbólicos ao longo do percurso, tendo conhecimento de que o tipo de caminhantes que fazem aquele percurso se sujeitam a dormir em qualquer lado. Além disso, qualquer habitante do Rabaçal, que esteja interessado poderá arranjar um espaço para tal efeito.-----
-----O Vereador Emídio Domingues, sobre a apresentação ao público dos “caminhos de Santiago”, disse ter sido convidado para estar presente e para representar a Câmara Municipal, que não teve qualquer culpa pelo facto da senhora Presidente de Junta não ter sido convidada, havendo certamente que equacionar o que fazer no futuro sobre o assunto.-----

-----De CUMIEIRA – **Diamantino Bravo**, representando a Junta de Freguesia de Cumieira e alguns moradores que o acompanharam, começou por referir concordar com a opinião da senhora Presidente de Junta de Freguesia do Rabaçal, sobre as taxas de IMI, acrescentando não achar justo a aplicação da mesma taxa para todas as freguesias. Nesse sentido disse virem reclamaram das taxas de IMI e dos novos valores já atribuídos, resultantes das avaliações que estão a ser efectuadas pelas Finanças, aos prédios urbanos, e a consequente implicação no valor a pagar, lamentando que no concelho de Penela não se faça distinção entre “zonas rurais” e “zonas urbanas”. Foi ainda, por um dos presentes, referido ter recebido uma carta com o valor a pagar sem que para o efeito tenha ido alguém a sua casa, vistoriar a mesma.-----

-----O senhor Vereador Renato França, explicou que as avaliações estão a ser feitas de acordo com uma fórmula, tendo em conta vários coeficientes, desde a localização, vetustez, conforto, etc. Informou que o valor resultante, que consta das cartas que alguns munícipes já estão a receber não é definitivo, pois possuem prazo para reclamar do mesmos, caso se sintam prejudicados. -----

-----O senhor Presidente, após a explicação dada pelo senhor Vereador, acrescentou estar convicto de que os avaliadores vão a todo o lado, pois o pedido de informação que efectuam junto da Câmara é constante.-----

- O senhor Diamantino Bravo perguntou se existe alguma novidade relativamente à situação da estrada Municipal Câneve/Louriceira/Grocinas.-----

- Também o caminho municipal Pedreiras – Cumieira, foi prometido pavimentar perguntando se está esquecido.-----

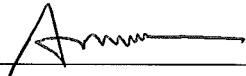
-----O senhor Presidente da Câmara informou que, relativamente aos estragos provocados pelas obras do IC3, foi pela empresa concessionária da obra prometido fazer as respectivas reparações. A mesma empresa efectuou, antes do início dos trabalhos, um levantamento do estado das vias, precisamente para aferir os estragos após o terminar das obras. Informou que da última reunião havida com a ASCENDI, ficou a promessa de que nada ficaria por arranjar, sendo que a previsão para a conclusão do troço em causa é para o próximo mês de Novembro. Assim, não fará muito sentido proceder às reparações do pavimento quando as obras ainda estão a decorrer, a não ser que haja alguma situação urgente que tenha de ser reparada a curto prazo.-----

-----De VIEIROS– **Arlindo da Ponte António e Arlindo de Carvalho**, que vieram lembrar o assunto colocado na reunião pública, realizada no Espinhal, uma vez que ninguém apareceu no lugar para verificar a questão do alargamento da estrada. -----

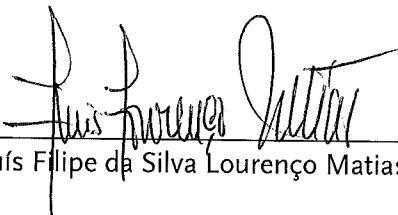
-----O senhor Presidente, respondeu que primeiro há que resolver o assunto de maior prioridade – o regadio. Sobre o alargamento da estrada combinou ir amanhã ao local para verificar a situação. -----

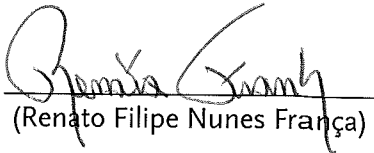
ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, sendo dezoito horas e dez minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 92º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

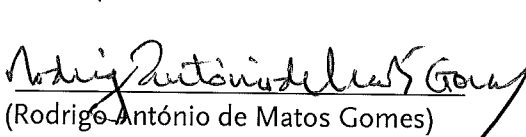
A Câmara Municipal,

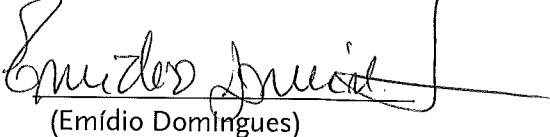


(António José Santos Antunes Alves)

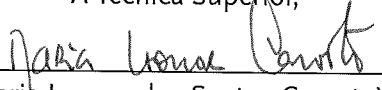

(Luís Filipe da Silva Lourenço Matias)


(Renato Filipe Nunes França)


(Rodrigo António de Matos Gomes)


(Emídio Domingues)

A Técnica Superior,


(Maria Leonor dos Santos Carnoto)